Educação de SP presta contas à Câmara em audiência

Pasta expõe gastos e ouve cobranças sobre escolas e saúde mental em SP

Da **Redação**

A Secretaria Municipal de Educação apresentou nesta quarta-feira (28), na Câmara Municipal de São Paulo, a prestação de contas referente ao terceiro trimestre de 2026. Durante a audiência pública, vereadores e participantes cobraram providências sobre manutenção de escolas, atendimento em saúde mental e desigualdades na alfabetização.

O secretário-adjunto Samuel Halize de Godoy representou a pasta no encontro, realizado pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes. A apresentação atende ao artigo 209 da Lei Orgânica do Município, que prevê a prestação de contas da educação ao Legislativo.

TERCEIRO TRIMESTRE

Segundo os dados apresentados, a arrecadação até o terceiro trimestre somou R$ 62,3 bilhões. Desse montante, R$ 50,1 bilhões vieram de receitas de impostos e R$ 12,1 bilhões, de transferências constitucionais. Os valores foram expostos como parte do panorama financeiro usado na apresentação.

As despesas empenhadas totalizaram R$ 21 bilhões, de acordo com Godoy. A maior parcela, de R$ 12,9 bilhões, corresponde a contratos de prestação de serviços e termos de parceria para manutenção de centros de educação infantil. Outros R$ 7,6 bilhões foram destinados a pessoal e encargos sociais, incluindo auxílios, e R$ 500 milhões, a investimentos.

DIVISÃO DE VALORES

Na divisão por áreas, a secretaria informou R$ 11,2 bilhões para educação infantil, R$ 5,3 bilhões para ensino fundamental e R$ 1,7 bilhão para alimentação. Também foram apresentados R$ 1,3 bilhão em gastos sem especificação da rede. O balanço abordou, entre outras coisas, alimentação escolar, os programas Mães Guardiãs e Escola Aberta e ações de aprendizagem e alfabetização.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



O encontro atende ao artigo 209 da Lei Orgânica do Município – legislação que direciona a organização e o desenvolvimento da cidade

A presidente da comissão, vereadora Sonaira Fernandes (PL), questionou as condições de funcionamento das unidades durante as chuvas fortes. Ela relatou problemas em tetos e salas de aula atingidas pela água e perguntou se a pasta possui um plano para reduzir os impactos e um mapeamento das ocorrências.

Em resposta, Godoy afirmou que a secretaria mantém contratos com grupos de manutenção, acionados pela direção das escolas e pelas Diretorias Regionais de Educação. Segundo ele, as medidas dependem do problema identificado e podem envolver o isolamento de parte do imóvel para reparos, sem interrupção das aulas, ou a mudança de local e das matrículas.

A saúde mental de estudantes e profissionais também foi tema de cobrança. O estudante Tiago Ribeiro afirmou que alunos, sobretudo nas periferias, enfrentam dificuldades psicológicas que afetam a permanência na escola. Ele defendeu planejamento e acesso gratuito a profissionais de saúde nas unidades de ensino.

Flávio Fontes, que atua no setor cultural, pediu acompanhamento da saúde mental dos funcionários da rede pública. Ele sugeriu parcerias com universidades para oferecer atendimento aos professores. A reportagem da Câmara não informa uma resposta da secretaria a essas demandas.

Representante do grupo Nexo Governamental, Fábio Monteiro questionou o cumprimento das metas de alfabetização. Ele cobrou medidas para reduzir diferenças entre regiões e citou dificuldades em português e matemática nas áreas periféricas.

Ao tratar da aprendizagem, Godoy apontou como desafios a garantia de atendimento a todos e a redução das desigualdades entre grupos. Defendeu considerar a realidade de cada escola, as mudanças ao longo do ano letivo e o uso de indicadores para orientar o trabalho pedagógico na cidade de São Paulo. A apresentação reuniu dados financeiros e ações da rede, enquanto as manifestações do público e da comissão abordaram as condições do ensino no município.

MP paulista pede condenação de Cariani por tráfico

Da **Redação**

O Ministério Público do Estado de São Paulo pediu à Justiça a condenação do empresário e influenciador Renato Cariani por associação para o tráfico, tráfico de matéria-prima destinada à fabricação de drogas e lavagem de dinheiro. Ele responde ao processo em liberdade. A defesa contesta as acusações e afirma que vai pedir a absolvição.

A Promotoria também pediu a condenação de Fábio Spindola Mota e Rodrigo Gomes Pereira pelos mesmos crimes. Em relação a Roseli Dorth, sócia de Cariani na Anidrol Produtos para Laboratórios, e Andréia Domingues Ferreira, o órgão solicitou a absolvição.

Segundo o MP, a empresa, sediada em Diadema, na Grande São Paulo, simulou vendas de produtos químicos em 59 ocasiões. Os insumos teriam sido desviados para o preparo de drogas, especialmente cocaína e crack. A acusação sustenta que Cariani participou da elaboração de pedidos fictícios para justificar a saída do material. O órgão atribui aos acusados 59 crimes de tráfico de insumos e 59 de lavagem de dinheiro, além de crime de associação para o tráfico de drogas.

Os promotores afirmam que o empresário autorizou a retirada de produtos fora do expediente e apresentou à Polícia Federal comprovantes com placas e documentos falsos. O MP também aponta mensagens com um policial civil ligado à fiscalização de produtos químicos como indícios de que Cariani conhecia o uso das substâncias no preparo de drogas e buscava interferir no controle das operações.

REPRODUÇÃO/YOUTUBE



Defesa de Cariani declarou confiar na absolvição do influenciador

As investigações começaram em 2019, após a AstraZeneca informar ao Ministério Público que não reconhecia operações registradas em notas fiscais emitidas pela Anidrol em 2017. Segundo a apuração, Fábio criou um e-mail falso em nome de um suposto funcionário da farmacêutica e intermediava o fornecimento dos produtos. Cariani foi alvo da Operação Hinsberg, da Polícia Federal, em dezembro de 2023.

O advogado Aldo Romani Netto afirmou que o pedido de condenação era esperado, pois mantém a tese sustentada pela acusação desde o início da ação. Segundo ele, o processo está na fase de alegações finais da defesa, que pretende responder aos argumentos do MP com base nas provas produzidas durante a instrução.

A defesa declarou confiar em um julgamento baseado na análise isenta das provas e na absolvição do influenciador. O pedido do Ministério Público ainda depende de decisão judicial.